

TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PROJETO ÁBACO
DIA 20.08.2024
(SIMP 000014-023/2023)

Aos dias vinte do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Auditório do Ministério Público, localizado na Rua Lindolfo Monteiro, nº 911, foi realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida Promotor de Justiça Titular da 36ª Promotoria de Justiça de Teresina, Dr. Flávio Teixeira de Abreu Júnior.

A iniciativa de promover a audiência surgiu da necessidade de apresentação do Projeto Ábaco e discussão com os representantes do **Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE-PI, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE-TE, Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa**, a fim de sensibilizar os conselheiros para participarem da oficina e incentivá-los a convidar as entidades que trabalham com idosos e pessoas com deficiência a também fazê-lo.

A dinâmica da reunião consistiu em: 1) detalhar os objetivos do Projeto Ábaco; 2) dar a palavra aos convidados a fim de que expusessem eventuais questionamentos; 3) esclarecer os pontos levantados pelos convidados; 4) reforçar a importância de discutir a repartição do orçamento pela população.

O promotor de justiça iniciou sua explanação relatando sua experiência profissional de 11 (onze) anos atuando, sobretudo, na área cível em José de Freitas, e na Fazenda Pública, interregno em que pôde perceber uma falta de compreensão geral sobre o orçamento, tanto pela sociedade em geral quanto por grupos específicos, como sindicatos e entidades.

**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

Observou o promotor de justiça que, em muitos casos, a sociedade sente-se insegura ao lidar com termos técnicos como "despesa corrente", "despesa de capital", entre outros, o que dificulta a participação ativa no acompanhamento e fiscalização do orçamento público.

Nessa perspectiva, foi ressaltado que um dos objetivos do projeto ÁBACO é justamente fomentar o conhecimento e o uso das ferramentas disponíveis na internet para que a sociedade possa acompanhar e fiscalizar o orçamento de forma mais eficaz. Exemplos concretos de discrepâncias orçamentárias foram apresentados, como o caso da comunicação social, que teve um gasto elevado em comparação com o orçamento destinado a pessoas com deficiência em 2019.

Em seguida, o Promotor de Justiça relatou um exemplo prático de sua experiência na cidade de José de Freitas, onde a sociedade passou a participar ativamente da discussão sobre a Lei Orçamentária Anual, contribuindo para ajustes importantes no planejamento municipal.

Ato contínuo, o Promotor de Justiça afirmou que é impossível discutir o aumento de investimentos sem ter subsídios adequados sobre os recursos financeiros disponíveis. Caso hipotético: Se dos 80 milhões destinados à comunicação social, 90% (noventa por cento) não tenha sido usado pelo estado? Nesse caso, é necessário priorizar outras áreas, como educação e assistência a pessoas com deficiência e a pessoa idosa.

Ainda durante a audiência, um vídeo do Sindicato dos Agentes de Tributos da Fazenda Estadual do Piauí – SINATFISCO foi exibido, mostrando a discrepância entre a receita prevista e a efetivamente arrecadada pelo governo estadual ao longo dos anos.

O Promotor de Justiça mencionou um estudo realizado por um Promotor de Justiça de Brasília, Dr. Rubim, destacando o absurdo de algumas situações analisadas, como o orçamento para a educação infantil em determinadas capitais,



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

que não foi totalmente aplicado, levantando dúvidas sobre o destino do restante dos recursos.

Em seguida, o promotor de justiça destacou a importância de tratar o orçamento como uma peça legal e não como uma "peça de ficção", frisando que o cumprimento do orçamento é algo que deve ser exigido.

Ressaltou a importância da fiscalização das despesas públicas, mencionando que atualmente as informações sobre despesas são disponibilizadas praticamente em tempo real. Na ocasião, incentivou os presentes a acessarem o Portal da Transparência do Estado para acompanhar essas informações, reforçando que é um direito de todos os cidadãos.

Mencionou que, através do Portal da Transparência, é possível selecionar o ano e órgão de interesse para visualizar todas as despesas correspondentes. Demonstrou como acessar essas informações e sugeriu que os participantes utilizassem a ferramenta para pesquisar gastos, como diárias e obras de infraestrutura.

Durante a reunião, foi dada palavra aos convidados, que pontuaram, entre outros temas, a necessidade de alocação de recursos para melhoria do transporte público da pessoa com deficiência.

Após a consideração de todos os pontos abordados pelos participantes, com a previsão de realização de futuras oficinas para aprofundar a análise das previsões orçamentárias e fiscalização dos gastos públicos, utilizando as ferramentas disponíveis para garantir a transparência e a efetividade das políticas públicas, o promotor de justiça agradeceu a participação de todos e encerrou a presente audiência.

A presente ata foi confeccionada por Larissa da Costa Ferreira, servidora designada para o ato, matrícula nº 20069, e revisada pelo Promotor de Justiça Titular da 36ª Promotoria de Justiça de Teresina, Dr. Flávio Teixeira de Abreu Júnior, e constitui memória sintética da audiência.



**TERESINA - NÚCLEO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA
36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA
Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor Titular (ATO PGJ Nº 1348/2023)**

Flávio Teixeira de Abreu Júnior
Promotor de Justiça

Larissa da Costa Ferreira
Assessora da 36ª PJT
Mat. 20069

**Rua Lindolfo Monteiro, 911 - Fátima
Teresina-PI - CEP 64049-440
Tel.: (86) 2222-8211 / 98119-3153
Email: 36@procuradoria.mp.pi.gov.br**